



**Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Saúde
Público Estadual e Privado da Grande Florianópolis – SindSaude SC**

Rua Frei Evaristo – 77 – Centro - Florianópolis/ SC
CEP 88015-410 Telefone: 48 3222-4552

Florianópolis. 04 de dezembro de 2024.

Carta Aberta aos Deputados e Deputadas Estaduais de Santa Catarina.

Os servidores estaduais da saúde vêm sofrendo severos ataques aos seus direitos historicamente conquistados.

Cabe lembrar a Vossas Excelências que há pouco tempo, passamos por uma pandemia, na qual a categoria expôs suas vidas e a vida de seus familiares em risco, estando na linha de frente; muitos amigos e amigas da saúde perderam suas vidas. Na oportunidade as pessoas iam às janelas aplaudir e incentivar para que continuássemos a salvar vidas.

Passada a pandemia o reconhecimento pelos guerreiros e guerreiras da saúde não veio, ao contrário, essa categoria passou a ser alvo dos mais perversos ataques.

Começando com os ataques na reforma da previdência, que não considerou as especificidades de cada categoria e condenou a saúde pública a, em muitos casos, trabalhar até sua morte.

Nossos inativos foram atingidos com o confisco de 14%, o que fez com que muitos sucumbissem sem condições de manter o básico para a manutenção de sua qualidade de vida.

Mas, o pior ainda estava por vir, o corpo técnico do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, exarou decisão para que o IPREV não mais conceda a incorporação das verbas referentes às médias dos últimos 36 meses da Hora Plantão na aposentadoria, considerando que as verbas transitórias não devem ser consideradas na aposentadoria, graças à reforma previdenciária de 2019.

Contudo, insta salientar que essa interpretação rasa da lei, não leva em consideração alguns pontos: primeiro que existe lei específica que define a incorporação das médias das Horas Plantões na aposentadoria, como se pode detrair do entendimento do Art. art.

19, §6º, da LC 323/06, que estabelece o Plano de Carreira e Vencimentos da Secretaria de Estado da Saúde; segundo que todos os valores recebidos a título de HP tem os respectivos descontos previdenciários, o que poderá gerar ações de cobrança que poderão levar a previdência estadual a derrocada financeira.

Cabe ainda mencionar, que as Horas Plantões, na vivência dos hospitais são compulsórias, sendo parte integral do salário dos servidores da saúde; hoje correspondendo de 50% a 70% de sua remuneração mensal. Esses valores são levados em consideração quando o servidor faz seus empréstimos consignados, financiamentos e demais transações, o que comprova o caráter de perenidade dessa verba.

Assim questiona-se: Como os servidores vão honrar seus compromissos assumidos, com a retirada das médias da Hora Plantão das aposentadorias?

Por fim, insta trazer à baila que a categoria da saúde, devido as características da atividade exercida, são comumente afetados com agravamento de sua própria saúde, sendo o profissional exposto a agentes nocivos a sua saúde durante toda a sua atividade laboral, o que ocasiona maiores gastos com planos de saúde, medicação e tratamentos. Com isso, a retirada da média das Horas Plantões será a condenação de nossos inativos a uma situação de penúria e risco real as suas vidas.

Outro ponto, que se destaca é a falta de reajustes de salários, ~~da categoria~~ que já se encontra com três datas bases vencidas, fato que gera um déficit de aproximadamente 30% do salário base da categoria.

A Secretaria do Estado da Saúde e da Administração, nas mesas de negociação já asseveraram que não cumprirão a lei e não reajustarão os salários dos servidores, o que demonstra o descaso com a saúde pública. Nas mencionadas reuniões, nenhum ponto de nossa pauta, foi recebido pelo governo.

O que causa maior indignação é que durante os dois primeiros anos, do atual governo tivemos como titular à Secretaria de Estado da Saúde, àquela que se aventava defensora da enfermagem, mas e que não fez nenhum esforço para valorizar a categoria com o

Piso Nacional da Enfermagem no salário base e nem ao menos nos concedeu o reajuste, legalmente estabelecido, bem como não atendeu em nada a nossa pauta.

Por fim, e mais gravoso, são as notícias da terceirização da administração de duas unidades hospitalares estaduais, o Hospital Waldomiro Colautti, em Ibirama, que atende a 23 cidades da região do alto vale do Itajaí e o Hospital Regional Homero de Miranda Gomes em São José. Não nos surpreende que esses estabelecimentos sejam os que têm maior fluxo de cirurgias e atendimentos de emergência, pois estão às margens das rodovias.

A privatização dessas unidades coloca em risco a previdência estadual, visto que em conjunto, são responsáveis por parte significativa dos servidores efetivos do estado; não havendo novos concursos não haverá como manter a saúde financeira da previdência. Contudo, as experiências de administrações privadas na saúde no Estado de Santa Catarina são desastrosas, o Hospital Florianópolis que foi reformado pelo estado e entregue à administração privada, já está na terceira OS que o administra, sendo que as anteriores ocasionaram sua depredação, além do não pagamento dos salários dos seus servidores, que tiveram que buscar junto à justiça seus direitos.

Não obstante, os recentes casos nos levam a desconfiar de como essas terceirizações serão feitas e quais as verdadeiras intenções, tendo em vista que a Secretaria de Estado da Saúde catarinense contratou sem licitação, no valor de R\$ 640 milhões os serviços de telemedicina à Companhia originária do Piauí, que estava inscrita em Santa Catarina havia, apenas três dias. Esse é o modelo que teremos na gestão dos hospitais?

Sendo assim, requeremos à ALESC que intervenha junto ao governo na a defesa da Saúde Pública e Gratuita, com administração pública e soberania do SUS, bem como a manutenção e a ampliação de direitos da categoria da saúde, por ser questão de direito e de justiça àqueles que dedicam suas vidas para salvar Vidas.


NEREU SANDRO ESPEZIM

PRESIDENTE SINDSAUDE/SC